

MÓDULO XIV

PUNIÇÕES ÀS

TRANSGRESSÕES

DA LRF



MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XIV	
PUNIÇÕES ÀS TRANSGRESSÕES DA LRF	SEÇÃO	PÁGINA
	ÚNICA	1/4

XIV – PUNIÇÕES ÀS TRANSGRESSÕES DA LRF

A própria LRF prevê punições para os entes da Federação que descumprirem as novas regras de gestão fiscal: suspensão de transferências voluntárias e vedação à contratação de operações de crédito e à obtenção de garantias.

Todavia, o art. 25, § 3º, da LRF exclui da suspensão de transferências voluntárias aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social.

O art. 73 da LRF previu, também, a punição dos infratores segundo as normas pertinentes, destacando as seguintes:

- Decreto-lei nº 2.848, de 07.12.40 - Código Penal;
- Lei nº 1.079, de 10.04.50 - que define os crimes de responsabilidade das autoridades da União e dos Estados e regula o respectivo processo de julgamento;
- Decreto-Lei nº 201, de 27.02.67 - que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores;
- Lei nº 8.429, de 02.06.92 - que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito.

A esse respeito, foi editada a Lei nº 10.028/00, relativa aos crimes de responsabilidade fiscal, que amplia as sanções aplicáveis aos agentes públicos previstas no Código Penal.

Em síntese, os agentes públicos encontram-se sujeitos às seguintes penalidades:



MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XIV	
PUNIÇÕES ÀS TRANSGRESSÕES DA LRF	SEÇÃO	PÁGINA
	ÚNICA	2/4

PENALIDADES PREVISTAS NA LEI Nº 10.028/00

CONDUTA	BASE LEGAL	PENALIDADE
CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS		
Contratação irregular de operação de crédito ou extrapolção do limite máximo da dívida consolidada	Art. 2º Lei 10.028/00 Art. 359-A Cód. Penal	Reclusão de 1 a 2 anos
Inscrição irregular ou acima do limite de restos a pagar	Art. 2º Lei 10.028/00 Art. 359-B Cód. Penal	Detenção de 6 meses a 2 anos
Assunção irregular de obrigação nos últimos oito meses do mandato ou legislatura	Art. 2º Lei 10.028/00 Art. 359-C Cód. Penal	Reclusão de 1 a 4 anos
Ordenação de despesa não autorizada por lei	Art. 2º Lei 10.028/00 Art. 359-D Cód. Penal	Reclusão de 1 a 4 anos
Prestação de garantia graciosa sem constituição de adequada contragarantia	Art. 2º Lei 10.028/00 Art. 359-E Cód. Penal	Detenção de 3 meses a 1 ano
Não-cancelamento de restos a pagar inscritos em valor superior ao permitido em lei	Art. 2º Lei 10.028/00 Art. 359-F Cód. Penal	Detenção de 6 meses a 2 anos
Aumento da despesa total com pessoal no último semestre do mandato ou legislatura	Art. 2º Lei 10.028/00 Art. 359-G Cód. Penal	Reclusão de 1 a 4 anos
Oferta pública ou colocação de títulos irregulares no mercado	Art. 2º Lei 10.028/00 Art. 359-H Cód. Penal	Reclusão de 1 a 4 anos
INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS CONTRA AS LEIS DE FINANÇAS PÚBLICAS		
Deixar de divulgar ou enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o Relatório de Gestão Fiscal nos prazos e condições estabelecidos em lei	Art. 5º, I, Lei 10.028/00	Multa de 30% dos vencimentos anuais do agente causador
Propor Lei de Diretrizes Orçamentárias que não contenha as metas fiscais na forma da lei	Art. 5º, II, Lei 10.028/00	Multa de 30% dos vencimentos anuais do agente causador
Deixar de expedir ato determinando limitação de empenho e movimentação financeira nos casos e condições estabelecidos em lei	Art. 5º, III, Lei 10.028/00	Multa de 30% dos vencimentos anuais do agente causador
Deixar de ordenar ou de promover, na forma e nos prazos da lei, a execução de medida para a redução da despesa total com pessoal que houver excedido a repartição do limite máximo por Poder	Art. 5º, IV, Lei 10.028/00	Multa de 30% dos vencimentos anuais do agente causador

Destaca-se que as infrações administrativas acima listadas deverão ser processadas e julgadas pelos Tribunais de Contas e que as respectivas multas são de responsabilidade pessoal dos agentes que lhe derem causa.

No Processo – TCDF nº 2303/04, discutiu-se a possibilidade de gradação da multa de 30% dos vencimentos anuais de que trata a referida Lei nº



MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XIV	
PUNIÇÕES ÀS TRANSGRESSÕES DA LRF	SEÇÃO	PÁGINA
	ÚNICA	3/4

10.028/00, tendo o Plenário, mediante a Decisão nº 1.235/06, decidido que a multa prevista no art. 5º da Lei nº 10.028/00 é de 30% dos vencimentos anuais do agente responsável, para a infração administrativa tipificada nos incisos I a IV daquele dispositivo.

A Lei nº 10.028/00 ampliou, ainda, os casos de crimes de responsabilidade previstos na Lei nº 1.079/50, passíveis de punição, ainda quando simplesmente tentados, com perda do cargo e inabilitação, por até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, sem prejuízo do processo e julgamento do acusado por crime comum, na justiça ordinária, nos termos das leis de processo penal.

São os seguintes os novos casos de crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária, os quais passam a alcançar também o Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e respectivo substituto quando no exercício da presidência, o Procurador-Geral e demais membros da Procuradoria do Distrito Federal:

- deixar de ordenar, no prazo, a redução da dívida consolidada superior ao limite;
- ordenar ou autorizar a abertura irregular de crédito;
- deixar de promover ou ordenar o cancelamento, a amortização ou a constituição de reserva para anular os efeitos de operação de crédito irregular;
- deixar de promover ou ordenar a liquidação integral de ARO até o encerramento do exercício financeiro;
- ordenar ou autorizar, em desacordo com a lei, operação de crédito com demais entes da Federação;
- captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido;



MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XIV	
PUNIÇÕES ÀS TRANSGRESSÕES DA LRF	SEÇÃO	PÁGINA
	ÚNICA	4/4

- ordenar ou autorizar a destinação de recursos provenientes de emissão de título para finalidade diversa da prevista na lei que a autorizou;
- realizar ou receber transferência voluntária em desacordo com a lei.